

Criação da Unasul é aprovada em Plenário 6



Ana Volpe/Senado Federal

Subcomissão presidida por Wellington Dias (2º à esq.) ouviu representantes da Petrobras, da indústria e do comércio

Programas de ajuda ao dependente

Empresas como a Petrobras e entidades como Sesc e Senai atuam, há anos, para auxiliar viciados. 7

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.483 – Brasília, sexta-feira, 8 de julho de 2011



MP que incentiva microempresa já chegou ao Senado

A proposta, aprovada na Câmara, reduz de 11% para 5% a alíquota de Previdência Social para os microempreendedores individuais

Vence em 18 de agosto a Medida Provisória 529/11, que reduziu de 11% para 5% a alíquota paga pelo microempreendedor individual sobre o piso do salário de contribuição para a Previdência Social. A MP foi

aprovada pela Câmara e chegou ontem ao Senado, já trancando a pauta. Mas se depender da vontade do presidente José Sarney, a medida será votada na próxima semana, antes do recesso parlamentar. 3



Márcia Kolumbe/Senado Federal

Aloysio Nunes (C) sugeriu debate na CMA, presidida por Rollemberg (E)

CMA vai ouvir BNDES sobre a fusão de supermercados

Requerimento do senador Aloysio Nunes propondo o debate foi aprovado ontem pela CMA, que vai convidar, entre outros, o presi-

dente do BNDES para explicar a anunciada participação do banco, com R\$ 4,5 bilhões, na fusão entre os dois conglomerados. 8

CPI sobre tráfico de pessoas vai a Salvador 7

Gerardo Magaldi/Senado Federal



Na CDH, Ana Rita e Cristovam Buarque (de pé), deputado Domingos Dutra (2º à esq.) e ex-senador José Nery

Confisco de terra com trabalho escravo

A votação na Câmara da PEC já aprovada pelo Senado é prioridade da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo. 7

Fornecedor direto também responsável por defeito 5

Novo modelo de produção para evitar uso de agrotóxicos 4

Aprovados embaixadores para Finlândia e Trinidad

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional aprovou ontem as mensagens com indicações presidenciais de embaixadores para Finlândia e Trinidad e Tobago. 6



Gerardo Magaldi/Senado Federal

Senadores ouvem os futuros embaixadores em Trinidad e Tobago e na Finlândia, ladeando Fernando Collor (C)

Subcomissão temporária encerrou trabalhos na quarta-feira à noite e aprovou projeto que prevê reformulação administrativa e economia de gastos. Novas medidas vão ser analisadas primeiro pela CCJ e depois pelo Plenário

Ferraço diz que reforma moderniza o Senado e gera economia de R\$ 150 mi

RICARDO FERRAÇO (PMDB-ES) afirmou ontem, ao comentar a conclusão dos trabalhos da Subcomissão Temporária da Reforma Administrativa, que o projeto aprovado poderá resultar em uma economia anual de R\$ 150 milhões ao Senado, graças à redução de cargos e funções, além da racionalização da estrutura da Casa.

O texto foi enviado para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, depois, do Plenário. Segundo Ferraço, é o resultado de quatro meses de pesquisa sobre a estrutura do Senado, tendo como base o estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O senador assinalou que a comissão procurou incorporar novos métodos e ferramentas para ampliar ainda mais a transparência e a democracia. Ferraço destacou alguns pontos que resultarão em corte de gastos (*confira o quadro ao lado*), como a redução de funções e cargos comissionados e a fusão de 38 secretarias em apenas seis, racionalizando o organograma para evitar superposição de funções.

Ferraço ainda citou a obrigação de se cumprir o limite salarial estabelecido pelo teto constitucional, que possibilitaria



Foto: Waldemir Borretto/Senado Federal

Ferraço: novos métodos e ferramentas para ampliar a transparência

uma economia de pelo menos R\$ 60 milhões no orçamento da Casa.

– Não fazia sentido o Senado continuar desobedecendo ao teto constitucional, independentemente das determinações que foram manifestadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), pelo Ministério Público Federal (MPF) e, mais recentemente nesta semana, por meio de um acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) – assinalou.

O senador ainda disse que foi incorporado à rotina do Senado o Conselho de Administração, composto por 12 membros que se reúnem mensalmente para avaliar as diretrizes administrativas.

Reforma administrativa

► **ECONOMIA DE GASTOS** – Redução de R\$ 150 milhões por ano no orçamento. A diminuição de 2.072 para 1.129 nas funções comissionadas representará R\$ 28 milhões/ano, enquanto outros R\$ 62 milhões virão com a redução de 1.538 para 1.220 cargos comissionados.

► **DIRETOR-GERAL** – Indicado pela Comissão Diretora, não mais pelo presidente do Senado, terá de passar por sabatina, só poderá ficar no cargo por até quatro anos e deverá apresentar relatório anual com as atividades da Casa.

► **RELATÓRIOS** – Setores considerados como áreas-meio, como a Polícia Legislativa, a Comunicação e o Prodasen, terão de apresentar relatórios com um diagnóstico das atividades. Também é sugerida a criação do cargo de *ombudsman* para a comunicação, que teria de ser ocupado por servidor da Casa.

► **RACIONALIZAÇÃO** – Estrutura mais enxuta para coordenar as áreas estratégicas formadas por Secretaria-Geral de Administração, Secretaria de Gestão do Conhecimento e Secretaria de Comunicação Social, com a extinção das unidades, cargos e funções não expressos no novo regulamento.

► **GRÁFICA** – Limitada à publicidade do processo legislativo. Todas as demais publicações seriam restritas ao meio eletrônico.

► **PRODASEN** – Plano diretor de tecnologia da informação seria realizado para a adoção de processo legislativo eletrônico e automação das áreas do Senado.

► **SERVIÇO MÉDICO** – Revisão da atual dimensão do setor, que tem 48 médicos, 8 dentistas e 43 profissionais de saúde de nível superior.

► **BIBLIOTECA** – Busca de integração com a da Câmara dos Deputados.

► **POLÍCIA E SEGURANÇA** – Revisão de atribuições, com atenção para a grande quantidade de servidores que não se encontram lotados na Secretaria de Polícia (190 dos 343).

► **INSTALAÇÕES** – Redistribuição dos espaços na Casa, destinando as melhores localizações para órgãos relacionados à atividade-fim. Restrição da cessão de espaço físico para terceiros.



Para senador, denúncia publicada na revista *Veja* é motivada por eleição

Cristovam Buarque manifesta apoio ao reitor da UnB

Cristovam Buarque (PDT-DF) enfatizou, ontem, sua absoluta confiança na atuação do reitor da Universidade de Brasília, José Geraldo de Sousa Junior. A UnB foi acusada em reportagem da revista *Veja* de ser um ambiente de perseguição ideológica.

– [O reitor] é um homem do diálogo absoluto, às vezes até irritantemente absoluto. E sem partido, mas com convicções, com postura firme, mas sem, em nenhuma hipótese, autoritarismo – disse.

Para o senador, por trás das denúncias está a próxima eleição para reitor, em 2012.

– A universidade hoje é tão grande e importante que estão usando veículos [de comunicação] no meio da eleição para reitor no próximo ano. Eleição de reitor tem que ser uma coisa completamente apartidária; tem que ser uma coisa que não saia de dentro do *campus* – defendeu.

Cassol: retomada de projeto de água tratada em RO

Ivo Cassol (PP-RO) informou que acórdão do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu pela continuidade das obras para implantação do sistema de água tratada no município de Porto Velho. O tribunal apurava supostas irregularidades na execução do projeto.

Segundo o parlamentar, as denúncias relacionadas às obras tiveram motivação política – Cassol era governador do estado e candidato ao Senado – e terminaram privando a população de Rondônia do acesso a água tratada. Ele salientou que as obras estavam paralisadas desde o início do ano passado.

De acordo com o senador, a obra orçada em R\$ 110 milhões já estava com mais da metade concluída quando foi paralisada. "Quem vai arcar com os prejuízos? Queriam me prejudicar e prejudicaram o povo. Mas Deus é maior e o povo é sábio", indagou.



Ivo Cassol: obra do sistema de água tratada estava mais da metade concluída

Maldaner pede medidas para estimular indústria

Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou em Plenário que o Brasil precisa escolher com cuidado suas ações para o desenvolvimento econômico, que farão a diferença entre o país "crescer" ou "crescer muito". Com base na audiência pública que debateu a queda da produção industrial no Brasil, quarta-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Maldaner afirmou que, se as medidas corretas não forem tomadas, a desindustrialização pode trazer consequências "nefastas".

– O modelo macroeconômico tem conduzido a uma perigosa primarização da economia. Somos exportadores de *commodities* e importadores de bens de valor agregado. O setor [industrial], responsável por 30% de todos os postos de trabalho em 1985, hoje emprega apenas 17% do contingente de trabalhadores – apontou.



Casildo Maldaner quer medidas para evitar desindustrialização

Sérgio Souza defende estímulo antimigratório

Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a necessidade de estimular os cidadãos a permanecerem em suas pequenas cidades, em vez de migrarem para as regiões metropolitanas das capitais. Esse fluxo incha os municípios que têm poucos recursos, formando os maiores bolsões de pobreza do país. Uma mudança na distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) seria um desses estímulos, afirmou.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) citado pelo senador demonstra a discrepância entre a alta taxa de crescimento das regiões metropolitanas e a baixa arrecadação orçamentária municipal. O cruzamento desses dados mostra que o Brasil terá de encontrar uma maneira para resolver esse problema social, buscando soluções que fixem os cidadãos em suas cidades de origem.



Senador sugere mudança no FPM contra aumento da pobreza urbana

Raupp comemora transposição de servidores de Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-AP) elogiou a regulamentação da transposição dos servidores do ex-território de Rondônia para os quadros da União, por decreto presidencial. Para ele, a regulamentação representa uma "justiça, ainda que tardia". O processo teve início em novembro de 2009, com a aprovação da Emenda Constitucional 60/09.

Conforme o senador, trata-se de uma pendência de 20 anos, já que a Constituição de 1988 transformou os territórios de Rondônia e Amapá em estados. Ao lembrar que foi relator da proposta de emenda à Constituição no Senado, tendo se empenhado em sua rápida tramitação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Raupp agradeceu a colaboração das lideranças do Senado e da



Senador, relator da proposta, agradece a colaboração dos parlamentares

Câmara dos Deputados.

– Esse processo não é o fim. Significa o começo. Para que a transposição de fato ocorra, haverá uma comissão executiva encarregada das exigências para receber a adesão dos trabalhadores, que, eu espero, serão mais de 20 mil.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão para discursos e comunicados

9h A sessão de hoje será não deliberativa, destinada a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Wilson Santiago (PMDB-PB) e Paulo Paim (PT-RS).

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Novo rito das MPs pode ser votado semana que vem

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que poderá convocar uma sessão extraordinária para apreciar exclusivamente a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 11/11, que modifica o trâmite das medidas provisórias no Congresso Nacional. A matéria precisa, antes, ser votada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Sarney afirmou ainda que o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 116/10, que regulamenta o serviço de TV por assinatura e tramita em regime de urgência, será o primeiro a ser votado pelo Plenário assim que a pauta for destrancada, na terça-feira, com a votação do PLV 18/11 (*leia abaixo*), que corrige a alíquota da tabela de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

Correção da tabela do IR já tranca a pauta de terça

Chegou ontem ao Plenário a Medida Provisória 528/11, que altera os valores da tabela do Imposto de Renda Pessoa Física. Alterado na Câmara, o texto tem vigência até o dia 7 de agosto e passa a trancar a pauta de votações na próxima sessão deliberativa, na terça-feira.

O Senado também recebeu três mensagens do Executivo com indicações para cargos públicos. Para ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), foram indicados os nomes de Marco Aurélio Bellizze Oliveira e Marco Aurélio Gastaldi Buzzi. A outra trata da recondução de Roberto Gurgel para o cargo de procurador-geral da República. As matérias serão examinadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O Senado ainda recebeu outras três mensagens do Executivo solicitando autorização para a contratação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e ao Banco Mundial.

Cancelada reunião do Congresso que votaria créditos

O Congresso Nacional cancelou a reunião prevista para ontem, em que seria votado crédito suplementar de R\$ 755 milhões para pagamento do reajuste dos benefícios do Bolsa Família.

Uma nova reunião deverá ser realizada na terça-feira e, até lá, os parlamentares tentam um acordo para votação da matéria, como anunciou o deputado Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS).

Outro projeto na pauta abre ao Ministério da Educação crédito especial de R\$ 88,3 milhões. O dinheiro destina-se a financiar a construção de 475 creches em todo o país.

Os projetos – PLNs 1/11 e 6/11 – já receberam pareceres favoráveis da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Até 18 de agosto, sob pena de perder a validade, o Plenário decidirá sobre medida provisória que reduziu de 11% para 5% a alíquota paga pelo microempreendedor à Previdência. O benefício foi estendido às donas de casa

Senado vota em breve benefício a microempreendedor individual

O SENADO TEM até 18 de agosto para votar a medida provisória (MP 529/11) que reduziu de 11% para 5% a alíquota paga pelo microempreendedor individual sobre o piso do salário de contribuição para a Previdência Social. Já aprovada pela Câmara, a MP perderá a validade se não for votada até essa data. A mesma medida traz benefícios para as donas de casa e para as pessoas com deficiência.

Transformada em projeto de lei de conversão (PLV 19/11), a MP tem por objetivo incentivar o aumento do número de microempreendedores no trabalho formal (com carteira assinada). A redução da alíquota é exclusiva para os segurados que aderiram ao Programa do Empreendedor Individual.

Com a alíquota de 11%, o microempreendedor individual pagava para a Previdência, como contribuinte individual, R\$ 60,40 (comércio e indústria) e R\$ 65,40 (prestação de serviços); com a alíquota de 5%, passou a pagar R\$ 27,25 (o valor máximo é de R\$ 33,25 em 2011). A esse valor somam-se R\$ 1 a título de ICMS e R\$ 5 de ISS, caso seja contribuinte desses impostos.

Para se aposentar por esse sistema, o microempreendedor deverá renunciar à aposentadoria por tempo de contribuição, podendo aposentar-se somente por idade, cujo benefício pago é de um salário mínimo (R\$ 545).

Atualmente, 467 ocupações se enquadram no perfil de empreendedor individual, entre as quais as de doceiro, borra-



Produção de minibolos em Brasília: redução de alíquota para microempreendedor visa incentivar formalização do trabalho

cheiro, barbeiro, artesão, carpinteiro, encanador, engraxate, jardineiro, jornalista, manicure, maquiador e quitandeiro. A inscrição para ser microempreendedor individual é feita, exclusivamente, no Portal do Empreendedor. Quem não tem computador pode se cadastrar nos postos do Sebrae ou em parceiros, como prefeituras e câmaras municipais.

Segundo o Ministério da Previdência Social, havia, em 2009, 10,8 milhões de trabalhadores na informalidade (sem carteira assinada). A meta do governo é conseguir formalizar até 1,5 milhão de empreendedores individuais. Editada no dia 7 de abril, a MP passou a produzir efeitos legais no dia 1º de maio deste ano, quando o número de inscrições de profissionais que trabalham por conta própria chegou a 1.280.862.

Redução da alíquota

Valores pagos pelo microempreendedor como contribuinte individual da Previdência Social antes e depois da medida provisória

ALÍQUOTA	PAGAMENTO
11%	R\$ 60,40 (comércio e indústria) R\$ 65,40 (prestação de serviços)
5%	R\$ 27,25

Os deputados estenderam o benefício de redução da alíquota para 5% às donas de casa de famílias de baixa renda que contribuem como seguradas facultativas para a Previdência. É considerada de baixa renda a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal com renda mensal de até dois salários mínimos (R\$ 1.090). Com a medida,

essas donas de casa poderão receber benefícios previdenciários como aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte.

Outra emenda aprovada pelos deputados estabelece que seja dependente do segurado o filho portador de deficiência intelectual ou mental considerado relativa ou totalmente incapaz por declaração judicial.



Sarney destacou no projeto benefícios para pessoas com deficiência

Sarney quer aprovar medida antes do recesso

O Senado deve votar antes do recesso parlamentar o PLV 19/11, previu ontem o presidente José Sarney. Além da redução das alíquotas previdenciárias dos microempreendedores individuais, a proposta também permite que as donas de casa com renda familiar mensal de até dois salários mínimos ingressem na Previdência, contribuindo com 5%.

Além disso, o projeto traz benefícios para pessoas com deficiência. Ele permite que aqueles contemplados com o benefício de prestação continuada (BPC) não tenham essa remuneração cancelada no caso de serem admitidos como aprendizes profissionais.

– Essa é uma determinação que eles incluíram e que é realmente necessária. Ninguém é

mais carente de ajuda do que os deficientes – disse Sarney sobre a inclusão do artigo na Câmara dos Deputados.

Sarney recordou que as primeiras leis no Brasil sobre o tema das pessoas com deficiência foram criadas durante o período em que foi presidente da República, como a Lei 7.853/89, que dispõe sobre direitos a integração social.

Pinheiro sugere sanção de Dilma à empresa individual

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) elogiou ontem a aprovação pelo Congresso de projeto que cria a empresa individual de responsabilidade limitada (PLC 18/11). Ele disse que a presidente Dilma Rousseff não deve perder a oportunidade de favorecer o surgimento de novos projetos e aumentar a arrecadação de impostos, sancionando a lei.

De acordo com o projeto, a empresa individual exigirá um capital mínimo de R\$ 54,5 mil e poderá ser aberta por apenas um interessado, sem a neces-



Para Pinheiro, presidente não pode perder chance de estimular economia

sidade de um segundo sócio, como exige a legislação em vigor. Pinheiro disse que o projeto poderá ter a mesma repercussão da proposta que legalizou os microempreendedores individuais, que já são mais de 1,2 milhão no país.

Para Lindbergh, veto seria afronta ao Congresso

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) também pediu ontem à presidente Dilma Rousseff que sancione o projeto que cria a empresa individual de responsabilidade limitada.

Referindo-se ao amplo debate sobre a proposta que foi realizado nas duas Casas do Congresso Nacional, bem como às dificuldades contornadas para a sua aprovação, Lindbergh considerou como uma afronta ao Legislativo um possível veto presidencial à matéria.

– O Senado tem dado sua contribuição ao governo, apro-



Lindbergh lembra que projeto foi alvo de amplo debate no Legislativo

vando sucessivas medidas provisórias. É chegado o momento de o governo reconhecer o esforço do Congresso Nacional, sancionando este projeto, que é produto direto do esforço dos senadores e deputados – disse Lindbergh.

Ana Amélia aponta importância do técnico agrícola

Ana Amélia (PP-RS) comemorou os cem anos da profissão de técnico agrícola ressaltando que a atividade é uma das responsáveis pelo sucesso da agricultura nacional. A categoria reúne profissionais que trabalham em três turnos, "tudo em favor do desenvolvimento da agricultura". A primeira escola de técnicos agrícolas foi criada em Viamão (RS), em 1910. A senadora também destacou que, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), representantes da pesquisa agropecuária e da vigilância sanitária reafirmaram a necessidade de investimentos em extensão rural.



Senadora comemora os cem anos da profissão: primeira escola é de 1910

Benedito de Lira pede anistia de dívidas do Pronaf

Benedito de Lira (PP-AL) pediu ontem a anistia dos pequenos agricultores integrantes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), prestes a terem suas dívidas executadas pelos bancos. O senador disse que esses produtores não deixaram de pagar por "malandragem, frouxidão ou falta de compromisso", mas por imprevistos na produção.

O parlamentar citou documento da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), segundo o qual o endividamento rural no Nordeste alcança 1,2 milhão de contratos no Banco do Nordeste e 360 mil no Banco do Brasil.



Segundo Lira, endividamento atinge mais de 1,2 milhão de contratos



O vice-presidente da CRA, Waldemir Moka (C), coordenou o debate realizado ontem sobre o uso de agrotóxicos no país

Novo modelo agrícola pode reduzir o uso de agrotóxicos

A afirmação é de especialistas ouvidos ontem pela CRA. Segundo Embrapa, Brasil tem tecnologia para, em dez anos, produzir frutas, verduras e legumes de forma ecológica

O AUMENTO DA produção agrícola, com redução do uso de agrotóxicos, exige substituição do modelo de produção adotado no país. Já existem tecnologias para produzir alimentos de forma mais ecológica, mas é preciso incentivo estatal para adotá-las. Essas afirmações são do pesquisador da Embrapa Marcelo Augusto Boechat Morandi, que atua no Departamento de Meio Ambiente da entidade. O pesquisador participou ontem de audiência pública na Comissão de Agricultura (CRA).

Em curto prazo, disse Morandi, os produtores terão bons resultados com a melhoria de práticas já adotadas com o modelo tradicional. O monitoramento integrado de pragas e doenças, o aperfeiçoamento da tecnologia de aplicação de defensivos, a capacitação de

técnicos e produtores e a restrição de produtos altamente tóxicos, sugeriu, podem contribuir para a redução do consumo de agrotóxicos.

Produção sustentável

Marcelo Morandi recomendou ainda a integração e substituição de insumos agrícolas e práticas convencionais por práticas mais sustentáveis. Como exemplo ele sugeriu plantio direto de culturas, fixação biológica de nitrogênio e a integração de lavoura, floresta e pecuária.

Para o representante da Campanha Permanente Contra o Uso de Agrotóxicos e Pela Vida, Vicente Eduardo Soares e Almeida, que também é pesquisador da Embrapa Hortaliças, o Brasil possui tecnologia para, em dez anos, produzir frutas, verduras e legumes de forma ecológica.

Para o representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), Luiz Carlos Meirelles, o controle do uso de agrotóxicos depende de melhor coordenação das ações entre os órgãos do governo e de melhor regulação da área, bem como a admissão de mais profissionais e pesquisadores por meio de concurso público.

O aumento do consumo de agrotóxicos no Brasil é explicado pelo aumento da produção agrícola, segundo o diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Eduardo Daher. Ele afirmou que a produção do país vai aumentar nos próximos anos e, com isso, crescerá também o consumo de agrotóxicos. Para ele, o clima tropical do Brasil favorece a produção agrícola, mas, ao mesmo tempo, a proliferação de pragas.

Senadores defendem alternativas ecológicas

Apesar de admitirem a necessidade de uso de agrotóxicos para produzir alimentos em grande escala no Brasil, os senadores que participaram da audiência pública na CRA defenderam a redução gradual da utilização dessas substâncias.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), um dos senadores que solicitaram o debate, ressaltou que a sustentabilidade e a saúde dos brasileiros devem ser prioridade. Os agrotóxicos podem causar intoxicação, má formação fetal, cânceres e distúrbios neurológicos, entre outros danos ao ser humano, disse ele. O meio ambiente também é prejudicado

com a contaminação da cadeia alimentar, da água, do solo e do ar, observou.

Valadares mencionou ainda que o Brasil recebe e utiliza produtos proibidos em outros países, como o Edosulfan, banido em 45 países e ainda em uso no Brasil até 2013, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

– Estamos consumindo o lixo que os outros países recusam.

Blaire Maggi (PR-MT), que é produtor agropecuário, afirmou ter interesse em adotar um modelo mais ecológico de produção em razão dos benefícios à saúde e de menores custos.

Porém, segundo ele, ainda não é possível produzir alimentos em grande escala sem agrotóxicos.

– Não tem como o Brasil defender a balança comercial e garantir alimentos para o mundo sem o uso de agrotóxicos. Parece que fazemos uso porque queremos poluir. Entre o desejo de não usar e a necessidade de produzir há uma diferença grande – afirmou.

Waldemir Moka (PMDB-MS) afirmou que a agricultura brasileira está em franca expansão, o que exige melhor controle e fiscalização por parte do governo.

– É inadmissível que haja apenas 80 técnicos para controlar a agricultura brasileira.

Concessões de usinas preocupam Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) se disse preocupada com o vencimento das concessões para produção, transmissão e distribuição de eletricidade, tema de audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), que preside.

Lúcia Vânia afirmou que o assunto tem gerado preocupação no setor, pois o governo ainda não deu sinais do que pretende fazer. Segundo a senadora, pela legislação, as usinas hidrelétricas que tiveram as suas concessões renovadas por uma vez e que estão diante de novo vencimento, em 2015, terão que devolvê-las ao poder concedente.



Lúcia Vânia: governo ainda não deu sinais do que pretende fazer

Paim comemora audiodescrição nas TVs abertas

A assinatura de portaria do Ministério das Comunicações regulamentando a inclusão da audiodescrição na programação das televisões abertas foi motivo de comemoração pelo senador Paulo Paim (PT-RS). A medida, explicou Paim, irá beneficiar cerca de 2,6 milhões de pessoas com deficiência visual.

– A audiodescrição coloca a pessoa dentro do filme – disse o senador, citando frase de seu assessor Luciano Ambrósio, que é deficiente visual.

Paim lembrou que a técnica foi desenvolvida nos Estados Unidos em 1975 e chegou à Europa no final da década seguinte.



Paim diz que medida beneficiará 2,6 milhões de deficientes visuais

Especialistas vinculam economia verde a mudança de comportamento

Mais que mudança de práticas econômicas, é preciso mudança de comportamento para o país alcançar uma economia sustentável, defenderam especialistas ouvidos na audiência pública de ontem da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20. Com o tema "Economia verde", o debate foi presidido pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF) e abrangeu, entre outros assuntos, a imposição de alternativas energéticas e a necessária responsabilidade política diante da escassez de recursos.

Elisa Tonda, representante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) no Brasil, tratou da definição de

"economia verde": o termo deve ser entendido sob critérios como baixa emissão de carbono, uso eficiente de recursos e economia sustentável. Elisa defendeu o

investimento de 2% do produto interno bruto (PIB) mundial no estímulo à transição a um modelo econômico limpo.

Maria Amélia Enríquez, da

Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (Ecoeco), mostrou preocupação com o aumento da pressão sobre os recursos naturais causado pelo crescimento

demográfico e pelo maior acesso das populações de países emergentes ao mercado de consumo. Reiterando a importância do investimento de 2% do PIB, afirmou que esses recursos, se aplicados em novas tecnologias ecológicas, permitiriam um crescimento superior ao da chamada "economia marrom". Donald Sawyer, professor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), criticou o *greenwashing* (afetação de práticas ambientalmente corretas para fins de *marketing*), argumentando que a economia verde não pode ser pontual e empresarial, mas pública "no sentido amplo do termo".



Elisa Tonda (E), Cristovam Buarque, Maria Amélia Enríquez e Donald Sawyer: 2% do PIB mundial para novas tecnologias

Comissão aprova venda de meia-entrada pela internet

O projeto de lei que exige a venda de meia-entrada nos ingressos vendidos pela internet foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado (CMA). A comissão está analisando se a matéria deverá retornar à Câmara ou se poderá seguir diretamente para sanção, já que sofreu duas modificações.

O texto se baseia em uma proposta do deputado federal Felipe Bornier (PHS-RJ). Ela tramitou no Senado como PLC 35/09 e, na Câmara, como PL 2.125/07. Quando apresentou o projeto, em 2007, o deputado ressaltou que há empresas que se recusam a vender a meia-entrada quando a venda é feita pela internet (seja para cinema, teatro, *shows* "ou qualquer outro tipo de evento cultural").

De acordo com a proposta, a empresa que não oferecer a possibilidade de

meia-entrada fica sujeita às sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor. Também se determina que, para ter direito à meia-entrada, o consumidor precisa apresentar – no momento do evento – os documentos exigidos para o benefício.

Modificação

O texto original apresentado na Câmara denomina a empresa que vende esse tipo de ingresso como "fornecedor de produto ou serviço cultural". Mas, de acordo com o relatório aprovado ontem, isso pode levar a uma interpretação ambígua e, por isso, foi alterado para "fornecedor de ingresso para evento cultural".

Outra modificação feita no Senado prevê que o consumidor, quando não puder comprovar – com os respectivos documentos – que tem direito à meia-entrada, poderá complementar o pagamento do ingresso em seu valor integral.

Se não houver recursos para exame em Plenário, vai à Câmara projeto de Paulo Paim que obriga os fornecedores diretos ao reparo de produto com garantia e com defeito

Fornecedor imediato pode ter que assumir conserto

FABRICANTES, PRODUTORES, CONSTRUTORES e importadores de mercadorias serão obrigados a assegurar ao consumidor, em todo o território nacional, o reparo de defeitos surgidos durante o período de garantia. Caso não haja assistência técnica autorizada em determinado município, o fornecedor imediato deverá receber o produto defeituoso e se encarregar de enviá-lo ao conserto.

Essas inovações ao Código de Defesa do Consumidor (CDC)

foram aprovadas em decisão terminativa pela Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor (CMA). A iniciativa (PLS 536/09) partiu de Paulo Paim (PT-RS) e foi alterada pelo relator, Anibal Diniz (PT-AC).

De acordo com o projeto, o fornecedor imediato se tornará responsável solidário, junto com o fabricante, por enviar o produto para conserto e garantir o reparo em até 30 dias. Caberá a ele entregar o protocolo de serviço e orientar o consumidor

sobre como acompanhar e receber a mercadoria reparada.

Caso o fornecedor imediato não resolva o problema nesses 30 dias, contados a partir da entrega do produto defeituoso, o consumidor terá as seguintes opções: substituir o produto por outro da mesma espécie em perfeitas condições de uso; receber de volta o valor pago, com correção monetária, podendo ainda reclamar indenização por perdas e danos; ou receber abatimento proporcional do preço.



Comissão de Meio Ambiente aprova texto do relator Anibal Diniz: decisão modifica o Código de Defesa do Consumidor

Animal apreendido deverá ser libertado em seu habitat

Animais apreendidos em operações de repressão ao tráfico de espécimes silvestres deverão ser libertados prioritariamente em seu *habitat*. É o que prevê projeto de lei da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em caráter terminativo.

A proposta (PLC 149/09) estabelece ainda as condições necessárias ao bem-estar dos animais apreendidos. O texto, do deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), tramita em conjunto com o PLC 180/09, do deputado

Felipe Bornier (PHS-RJ). O relator da matéria na CMA, senador Jorge Viana (PT-AC), apresentou substitutivo para contemplar sugestões das duas propostas.

De acordo com o texto aprovado na CMA, quando não for possível libertar em seu *habitat* ou não for recomendável por razões sanitárias, o animal apreendido será entregue a jardins zoológicos ou entidades assemelhadas.

Ainda de acordo com a proposta, a guarda e os cuidados com os animais deverão ficar sob a responsabilidade de técnicos habilitados.

Geovani saúda transferência do Projovem



Geovani Borges (PMDB-AP) saudou a transferência do Programa de Inclusão de Jovens

– Projovem Urbano – da Secretaria Nacional da Juventude para o Ministério da Educação. Com duração de 18 meses, o programa é voltado para pessoas entre 18 e 29 anos, oferece formação no ensino fundamental, cursos profissionais, aulas de informática e auxílio de R\$ 100.

– A decisão do governo federal visa garantir a atualização, o aperfeiçoamento e a expansão do programa, tendo a inclusão social dos jovens como eixo orientador – explicou.

Expectativa das famílias vai subir, prevê Mozarildo



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que o Índice de Expectativas das Famílias (IEF), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) desde 2010, subirá com a diminuição das desigualdades regionais. O índice, que atesta o sentimento da população com relação ao futuro, vem caindo nos últimos meses.

O senador afirmou que o ânimo das pessoas em relação ao porvir "costuma ser influenciado pelos rumos da economia e, mais particularmente, pelos investimentos governamentais que se traduzem em benefícios para a sociedade".

Suplicy elogia palestra de escritor em feira



Eduardo Suplicy (PT-SP) saudou a abertura da Feira Literária Internacional de Paraty (Flip), no

Rio de Janeiro, ocorrida na quarta-feira à noite, com uma conferência sobre o escritor Oswald de Andrade (1890-1954), proferida pelo professor Antônio Candido de Mello e Souza, que tem 92 anos e foi amigo do escritor.

Suplicy elogiou Antonio Candido, "crítico atuante não só na vida literária, como também na política". Ele foi um dos fundadores do PT, em 1980, e é autor de "trabalhos basilares" para se entender o funcionamento da sociedade e da literatura brasileiras.

Ana Rita apoia mobilização dos trabalhadores



Ana Rita (PT-ES) saudou os trabalhadores de todo o país e, em especial, do seu estado, pelas ma-

nifestações organizadas em defesa dos direitos da classe. Na quarta-feira, houve a mobilização da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

– Eles se mobilizaram para defender um novo modelo de desenvolvimento em que todos conquistem ganhos reais com o crescimento brasileiro. A luta da classe trabalhadora é justa e, com certeza, tem o meu apoio.

A senadora informou que a CUT do Espírito Santo lançou campanha pelo piso salarial estadual superior ao valor do salário mínimo nacional.

Petecão destaca regulamentação de taxistas



Sérgio Petecão (PMN-AC) comemorou em Plenário a aprovação pela Comissão de Assuntos

Sociais (CAS), em decisão terminativa, do projeto que regulamenta a profissão de taxista. Ele assinalou a importância da medida para a categoria.

– Com certeza, nós vamos estar corrigindo uma injustiça. Quantos e quantos taxistas, pais de família, já se foram e não puderam deixar nenhum tipo de estrutura para suas famílias? – disse Petecão, que cumprimentou Eunício Oliveira (PMDB-CE) por seu empenho como relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O tratado foi firmado em 2008, na Terceira Cúpula de Chefes de Estado. A entidade regional é sediada em Quito e foi criada para implementar a integração sul-americana

Senado aprova texto do tratado que cria a Unasul

O TEXTO DO tratado que estabeleceu a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foi ratificado pelo Plenário do Senado. A Unasul visa integrar os países do continente nas áreas cultural, social, econômica e política. O texto consta de projeto de decreto legislativo (PDS 138/11) que recebeu parecer favorável do relator, Anibal Diniz (PT-AC), na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Esse é um grande sonho de integração das nações latino-americanas. Um marco histórico para a política de relações exteriores, com a aprovação em definitivo da Unasul nessa sessão de hoje – comemorou Anibal Diniz.

O tratado que instituiu a Unasul criou também uma secretaria geral e três conselhos: o primeiro conta com chefes de Estado e de governo, o segundo é formado por ministros das



José Sarney preside sessão plenária. Ao seu lado, o senador Benedito de Lira

Relações Exteriores, e o terceiro, por representantes dos países. Conforme o documento, assinado em 23 de maio de 2008, durante a Terceira Cúpula de Chefes de Estado, em Brasília, os países da América Latina e do Caribe poderão aderir à Unasul na condição de Estados associados

Segundo o então ministro das Relações Exteriores, Celso Am-

rim, a Unasul também objetiva propor medidas em educação, energia, infraestrutura e meio ambiente, buscando “eliminar a desigualdade social, fortalecer a democracia e reduzir as assimetrias entre os países”.

A sede da Unasul é em Quito, Equador. A população conjunta dos 12 membros da Unasul, em 1º de julho de 2010, foi estimada em 396,3 milhões de habitantes.

Aprovados nomes para a Comissão Representativa

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem os nomes dos sete senadores titulares e igual número de suplentes que, juntamente com 17 deputados federais, integrarão a Comissão Representativa do Congresso Nacional, que funcionará durante o recesso parlamentar, entre os dias 19 e 31 de julho.

Integrantes

TITULARES

- Lindbergh Farias (PT-RJ)
- Magno Malta (PR-ES)
- Acir Gurgacz (PDT-RO)
- José Sarney (PMDB-AP)
- Renan Calheiros (PMDB-AL)
- Aloysio Nunes (PSDB-SP)
- Gim Argello (PTB-DF)

SUPLENTES

- Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)
- Inácio Arruda (PCdoB-CE)
- Marcelo Crivella (PRB-RJ)
- Francisco Dornelles (PP-RJ)
- Vital do Rêgo (PMDB-PB)
- Alvaro Dias (PSDB-PR)
- Eptácio Cafeteira (PTB-MA)

Para Anibal, tratado fortalece relações exteriores do Brasil

Anibal Diniz saudou a aprovação do projeto de decreto legislativo que aprova o texto do tratado constitutivo da União das Nações Sul-Americanas (Unasul), celebrado em Brasília em maio de 2008. O senador foi o relator da proposta, que considera significativa para o fortalecimento das relações exteriores do Brasil.

Ele lembrou que a integração das nações sul-americanas foi pensada desde os primórdios da formação política do continente. As primeiras tentativas remontariam a 1826, com um congresso no Panamá convocado por Simón Bolívar. No entanto, a união nunca se concretizou em razão de interesses externos e

das oligarquias locais.

Com o início da redemocratização dos países sul-americanos, no final da década de 1980, e o fim dos regimes militares, disse o senador, foi inaugurada nova fase de aproximação das nações da região, em especial as do Cone Sul, viabilizando o Tratado de Assunção, que deu origem ao Mercosul.

O tratado da Unasul, segundo Anibal, conclui um longo processo histórico feito de marchas e contramarchas da tão sonhada integração da América Latina. Em sua avaliação, embora a Unasul não tenha dimensão econômica própria, tem uma importante missão política e diplomática, com ênfase para o protagonismo do Brasil na América do Sul.



Anibal Diniz destaca o protagonismo do país no continente sul-americano



Paulo Sérgio Bozzi (E), Fernando Collor e Norton Mello Rapesta, ontem, na CRE

CRE aprova embaixador indicado para a Finlândia

Educação, inovação, ciência e tecnologia estarão no centro da agenda de cooperação entre o Brasil e a Finlândia nos próximos anos. As prioridades foram anunciadas pelo ministro de primeira classe Norton de Andrade Mello Rapesta, cuja indicação para o cargo de embaixador em Helsinque foi aprovada ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

– Promover a aproximação bilateral com base nesses temas será nosso grande desafio. O arcabouço legal já existe. Precisamos aumentar o número de encontros e visitas entre instituições e empresas dos dois países – afirmou Rapesta, cuja mensagem teve como relatora a senadora Ana Amélia (PP-RS). O diplomata ressaltou o

importante papel da educação como um dos “pilares fundamentais do desenvolvimento” da Finlândia. Depois da 2ª Guerra Mundial, informou, aquele país investiu fortemente na formação de seus jovens e em pesquisa. Ele citou como exemplo de sucesso dessa estratégia o caso da empresa finlandesa Nokia, que chegou a contar com 40% do mercado mundial de telefones celulares.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pediu ao embaixador indicado para levar empresários brasileiros à Finlândia, para verem como a competitividade surge da capacidade de inovar e como a capacidade de inovar é um produto da boa educação de base.

Finlândia



Trinidad e Tobago



Fonte: CIA World Factbook

Com Trinidad e Tobago, ênfase pode ser no setor energético

A CRE também aprovou ontem a indicação do ministro Paulo Sérgio Traballi Bozzi para embaixador em Trinidad e Tobago. O diplomata ressaltou as boas relações bilaterais e a importância do Caribe na política externa, principalmente no que se refere à aspiração do Brasil por uma vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU).

Bozzi citou o setor de energia como um dos mais promissores nas relações econômicas bilaterais, mencionando a

possibilidade de fornecimento de gás natural por Trinidad a um terminal de regasificação localizado em Pecém (CE).

O relator, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), pediu atenção especial do embaixador para o Norte brasileiro, que pouco tem lucrado, a seu ver, com o comércio com países caribenhos como a Venezuela. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) anunciou a realização, em setembro, de um encontro de cooperação transfronteiriça em Caiena, na Guiana Francesa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1ª vice-presidente: Marta Suplicy
2ª vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cicero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Geovani Borges • Benedito de Lira • José Sarney

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vídgal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burl
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – **Fax:** (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo é criticado

Lançado a partir de demanda da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, em 2005, o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo foi alvo de críticas em audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre a escravização de trabalhadores.

O pacto é comandado pelo Instituto Ethos e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e, há seis anos, tenta sensibilizar grandes empresas a romper com eventuais fornecedores incluídos na "lista suja".

O representante da Comissão Pastoral da Terra (CPT), frei Xavier Plassat, discorda que entidades não governamentais concedam certificação ou organizem uma "lista limpa" de empresas que não compactuariam com o trabalho escravo.

A presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais

do Trabalho (Sinait), Rosângela Rassy, defendeu a manutenção da "lista suja" realizada pelo Ministério do Trabalho e considerou arriscado delegar a entidades não governamentais a montagem de uma lista de bons empregadores. Rassy também aproveitou para denunciar dificuldades na ação fiscalizatória.

Em resposta a essas queixas, a secretária de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Vera Lúcia Albuquerque, sustentou que a atuação do pacto não vai levar ao desmonte da fiscalização dos auditores públicos.

O representante da OIT, Luiz Machado, reforçou que o pacto não é selo ou lista de bons empregadores.

— O objetivo do pacto é atingir grandes empresas que são contra o trabalho escravo, o trabalho infantil e o tráfico de pessoas, mas que não cobram isso dos fornecedores.



Renato Henry, Vera Lúcia Albuquerque, Ana Rita, Rosângela Rassy e Xavier Plassat

Prioridade para confisco de terra que utilize mão de obra forçada

O voto em segundo turno, na Câmara dos Deputados, da proposta que impõe o confisco de terras que utilizem mão de obra forçada é uma prioridade da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo.

Já aprovada no Senado, a matéria (PEC 438/01) aguarda votação dos deputados desde agosto de 2004.

A recomposição da frente foi anunciada ontem em audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) sobre o tema. Por sugestão do pre-

sidente da frente, deputado Domingos Dutra (PT-MA), foi aprovado o agendamento de audiência com o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para pedir o apoio do governo à proposta.

Segundo o presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), a Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo deve ser reinstalada em reunião na próxima quinta-feira.

A expectativa é de que Cristovam Buarque (PDT-DF) presida os trabalhos no biênio 2011-2012.



Wellington Dias
ouve depoimento
do gerente
corporativo
de Saúde da
Petrobras,
Sérgio
Antonio Rossato (à
direita)

Ano Volpe/Senado Federal

Experiências vitoriosas na ajuda a dependente químico

Subcomissão de álcool, crack e outras drogas ouve depoimentos de responsáveis por programas desenvolvidos pela Petrobras e pelos setores da indústria e do comércio

EM MAIS UMA audiência pública da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, representantes da Petrobras e dos serviços sociais da Indústria e do Comércio apresentaram ontem aos senadores experiências e iniciativas bem sucedidas de prevenção e tratamento de dependência química entre trabalhadores.

O gerente corporativo de Saúde da Petrobras, Sérgio Antonio Rossato, informou que, desde a década de 1980, a empresa tem programas específicos para tratar do uso, abuso e dependência de drogas lícitas, ilícitas e também de medicamentos. De acordo com as diretrizes internacionais seguidas pela Petrobras, a dependência química é considerada uma doença e assim é tratada.

O gerente informou que a Petrobras capacita funcionários para que a ideia de prevenção às drogas seja disseminada por todas as áreas e localidades onde a estatal atua. Rossato

acrescentou ainda que são feitos investimentos em tratamento de dependentes e na reinserção ao trabalho dos recuperados. Também são mantidos "ambientes livre de tabaco" nas instalações físicas da Petrobras e subsidiárias.

Prevenção

Segundo a assessora técnica da Gerência de Saúde do Departamento Nacional do Serviço Social do Comércio (Sesc), Luciana Garritano Barone do Nascimento, as ações de prevenção e combate às drogas são realizadas entre os comerciários e seus familiares e também com a comunidade em geral. Desde 2002, essas atividades contam com a parceria da Secretaria Nacional Antidrogas, acrescentou.

Palestras e campanhas educativas são realizadas em várias partes do país. Além disso, a Confederação Nacional do Comércio e suas entidades sociais promovem em parceria programas de rádio onde o tema drogas é constantemente

abordado, assim como junto a alunos e professores das escolas do Sesc.

Por sua vez, a gerente da Unidade Estratégica de Resultados de Responsabilidade Social do Departamento Regional do Serviço Social da Indústria (Sesi) do Rio Grande do Sul, Rosângela Lengler, apresentou aos senadores o Programa de Prevenção do Uso de Drogas no Trabalho e na Família, desenvolvido desde 1994 pelo Sesi e pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (Unodc).

Segundo Rosângela Lengler, o programa busca desenvolver uma "cultura de prevenção às drogas" junto aos trabalhadores do setor industrial, com foco também na redução do uso de drogas lícitas como tabaco e álcool. As estratégias envolvem, além da prevenção, pesquisas entre os empregados das indústrias e também tratamento de saúde para os dependentes.

Para Wellington, exemplo deveria ser seguido

No início da audiência pública, o presidente do colegiado, senador Wellington Dias (PT-PI), chamou a atenção para a importância de debates desse tipo e disse que o Brasil já possui cerca de 18 milhões de dependentes químicos de drogas lícitas e ilícitas.

Ele também afirmou que outras empresas públicas e estatais,

como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, deveriam seguir o exemplo da Petrobras nesse campo.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) elogiou as instituições representadas na reunião pelos programas e projetos desenvolvidos e aproveitou para perguntar sobre a organização dessas iniciativas e os resultados alcançados.

A Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), já tem outra audiência pública agendada para terça-feira. Uma das convidadas será a embaixadora da Suécia no Brasil, que vai explicar as experiências daquele país em relação às drogas.

Itamaraty será ouvido sobre vítimas de tráfico

A CPI do Tráfico de Pessoas quer ouvir o Ministério das Relações Exteriores sobre as ações da diplomacia para socorrer brasileiros que são vítimas de tráfico humano no exterior. Aprovado ontem, o convite será dirigido à chefe da Divisão de Assistência Consular, ministra Maria Luiza Lopes da Silva. A proposta é da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que preside a CPI.

A ministra Maria Luiza coordenou grupo de trabalho que elaborou, no ano passado, cartilha para orientar os diplomatas a encorajarem a volta ao país de imigrantes brasileiros endividados ou vítimas de violência e exploração trabalhista.

Por iniciativa da senadora Marinor Brito (PSOL-PA), a comissão solicitará ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, proteção da Polícia Federal à freira Maria Henriqueta Cavalcante, em Manaus, ameaçada

de morte desde 2009.

A CPI aprovou ainda a transferência do sigilo de todas as denúncias anônimas de tráfico de pessoas existentes na base de dados da Central Nacional de Denúncias de Crimes Cibernéticos.



Senadoras Vanessa Grazziotin (E), presidente da CPI, e Marinor Brito, relatora

Marinor Brito/Senado Federal

CPI do Tráfico de Pessoas retoma atividades em agosto, na Bahia

A Comissão Parlamentar de Investigação (CPI) do Tráfico de Pessoas retomará seus trabalhos neste semestre com a realização de audiência pública em Salvador, em 8 de agosto. Ainda em agosto, a CPI deve passar por Belém (19) e Rio de Janeiro (26).

A Bahia é citada em investigações da Polícia Federal como polo e rota de tráfico de seres humanos. Salvador, com grande fluxo de visitantes estrangeiros, é uma das capitais mais afetadas pelo turismo sexual, frequentemente associada ao crime de exploração sexual e ao tráfico de mulheres para o exterior.

— A legislação ainda não é tão clara para ajudar no enfrentamento desse tipo de crime — lamentou a senadora Marinor Brito (PSOL-PA), relatora da CPI.

A CPI aprovou requerimentos para que sejam convidados, para a audiência em Salvador, representantes do Ministério Público, tanto das esferas estadual quanto da federal, a Polícia Civil e o Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado da Bahia. A Procuradoria do Trabalho da 5ª Região também será chamada a relatar fatos investigados relacionados ao tráfico de pessoas.

Requerimento para a audiência pública foi aprovado ontem pela comissão, que deverá ouvir o presidente do BNDES e o presidente da associação de supermercados

CMA vai debater fusão do grupo Pão de Açúcar com o Carrefour

O ANÚNCIO DE repasse de R\$ 4,5 bilhões do Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para viabilizar a fusão do grupo Pão de Açúcar com a parte brasileira do Carrefour será discutido em audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Requerimento de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) propondo o debate foi aprovado

ontem pela comissão. Serão convidados o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e o ex-presidente Carlos Lessa; Gesner de Oliveira, ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Mansueto Almeida, técnico do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Roberto Pfeiffer, ex-diretor do Procon-SP; e Sussumu Honda, Presidente da Associação Brasileira de Supermercados.



Presidente da CMA, senador Rodrigo Rollemberg, conversa com Aloysio Nunes, autor do requerimento para realização da audiência, Jorge Viana e Pedro Taques

Para Aloysio Nunes, BNDES não deve participar do negócio

O senador Aloysio Nunes comemorou em Plenário a aprovação de seu requerimento para debater, na CMA, a fusão das redes de supermercados. O senador lembrou que "o volume expressivo de recursos públicos" a ser investido pelo BNDES na fusão representa aproximadamente 8% do montante que Europa trará para salvar a economia grega. Para o senador, há "uma diferença gritante" entre os dois empréstimos.

– Para receber 28 bilhões de euros, a Grécia terá de tomar medidas altamente restritivas e impopulares, enquanto os empresários brasileiros não terão de fazer nenhum sacrifício. Pelo contrário: para eles, é só alegria

– comparou Aloysio. O senador criticou os argumentos apresentados pelo governo. Para ele, dizer que a fusão criará uma multinacional verde e amarela "faz pouco da inteligência do brasileiro". Considerou ridículo dizer que a fusão abrirá as portas para produtos brasileiros no exterior. Disse ser mais ridículo ainda dizer que os preços cairão, uma vez que a fusão na verdade promoverá uma concentração no setor.

O senador questionou o fato de o BNDES ser acionista de 675 empresas, sendo o maior deles em muitos casos. Afirmou que hoje o banco é o maior acionista do setor de carnes, detendo 30% do frigorífico JBS.

Aviação Civil também será tema de debate

A CMA realizará audiência pública para discutir o funcionamento do setor de aviação civil. Serão convidados representantes da Secretaria de Aviação Civil; da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac); da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero); do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; do Sindicato Nacional das Empresas Aeroviárias; e Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor.

Recall de passaportes

Também ontem foi aprovado pela CMA requerimento para realização de audiência pública para discutir demora no agendamento de entrevistas para emissão de passaportes. Os senadores também querem discutir com o diretor-geral da Polícia Federal, Leandro Coimbra, recente recall de 11,6 mil passaportes por erro em chip.



Senadora Lúcia Vânia, que preside a CI, recebeu carta de Luiz Antônio Pagot em que ele se coloca à disposição do Senado

Pagot pode falar na terça sobre denúncias

O diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antônio Pagot, será convidado a esclarecer à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) sobre denúncias publicadas pela revista *Veja* desta semana a respeito de esquema de superfaturamento de obras ligadas à instituição que dirige. Há a expectativa de que Pagot compareça ao Senado já na próxima terça-feira.

A proposta de convidar Pagot, apresentada em requerimento dos senadores Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Blairo Maggi (PR-MT), foi aprovada ontem pela CI, com a previsão de que ele seja ouvido também pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

e Fiscalização e Controle (CMA). A presidente da CI, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), leu duas cartas do diretor do Dnit, uma endereçada a ela e outra ao presidente do Senado, José Sarney. Em ambas, Pagot se coloca à disposição para "prestar esclarecimentos desejáveis ao pleno afastamento de quaisquer suspeitas que pairarem sobre a atuação desta autarquia".

Alfredo Nascimento

Dois requerimentos anteriores convocavam ainda o então ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, para prestar esclarecimentos sobre desvio de recursos, já que as denúncias publicadas pela revista *Veja* envolvem o Ministério

dos Transportes. Os membros da comissão, no entanto, entenderam que, com o pedido de demissão de Alfredo Nascimento, na quarta-feira, não haveria mais necessidade de convocação.

– Como ele volta ao Senado e estará aqui todos os dias, poderá dar explicações a qualquer momento, até mesmo em Plenário, se quiser – afirmou Valdir Raupp (PMDB-RO).

No entanto, a decisão pela não convocação de Nascimento, segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), não deve ser interpretada como "uma sentença de absolvição".

– Se ilícitos foram praticados, há que se responder por eles com a transparência que se exige – ressaltou Alvaro Dias.

PSOL entra no Conselho de Ética contra Nascimento

A bancada do PSOL protocolou ontem representação no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado para apurar possível quebra de decoro por parte do ex-ministro dos Transportes Alfredo Nascimento (PR-AM). Como Nascimento é senador, eleito em 2006, ele volta automaticamente ao Senado, para completar o

mandato até janeiro de 2015. Para Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), "as denúncias contra ele são gravíssimas e precisam de respostas convincentes".

O pedido de investigação não é para "decretar a morte de ninguém", mas para buscar o interesse público, disse Mariner Brito (PSOL-PA), para quem, se Nascimento não serve para

ministro, não pode ser senador. – Não aceitamos que uma pessoa com esse currículo e com essas denúncias tenha uma cadeira no Senado – afirmou.

Mariner relatou ter sofrido intimidação por parte do presidente do Conselho de Ética, João Alberto Souza (PMDB-MA). Ele lembrou que havia representação contra ela, sobre desavença com o deputado Jair Bolsonaro. João Alberto negou que tenha tentado intimidar Mariner. Disse que de fato conversou com ela sobre a representação, mas antes do anúncio do PSOL.

– Vou examinar com a imparcialidade de sempre as representações que chegarem.



Mariner Brito e Randolfe Rodrigues, do PSOL, protocolam representação no Conselho de Ética

Sarney: Nascimento deve se explicar no Plenário

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que o ex-ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, deve prestar esclarecimentos ao Plenário da Casa sobre denúncias de irregularidades no ministério.

– Acho que ele deve dar as explicações que acha que deve dar porque até agora são somente acusações que existem contra ele e ele deve explicá-las. Como senador, seria bom que fizesse no Plenário – disse Sarney.

Nascimento pediu demissão na quarta-feira após denúncias de suposto superfaturamento de obras e de recebimento de propina por meio de empreiteiras. A CMA já aprovou requerimentos convidando Nascimento para se explicar.

Ex-ministro reassume mandato de senador

A exoneração de Alfredo Nascimento do Ministério dos Transportes foi publicada ontem no *Diário Oficial da União* (DOU). Como Nascimento é senador, eleito pelo PR do Amazonas, ele volta automaticamente a ocupar uma cadeira do Senado, com mandato até janeiro de 2015. João Pedro (PT-AM), suplente de Nascimento, já deixou o Senado.



Alfredo Nascimento tem mandato até 2015